



1 **Ata da Sessão ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional**
2 **Tocantins – triênio 2016/2018**

3
4
5 **Data:** 24 de agosto de 2018 – 16h

6 **Local:** Sede do Conselho Seccional da OAB/TO

7 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 01 e 02, Palmas – TO

8
9 Aos 24 dias do mês de agosto de 2018 às 16h reuniu-se no Plenário da Ordem dos Advogados do Brasil –
10 Seccional Tocantins os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2016/2018, onde presentes se achavam:

11 **Diretoria:** Walter Ohofugi Júnior – Presidente da OAB/TO, Lucélia Maria Sabino Rodrigues – Vice –
12 Presidente, Célio Henrique Magalhães Rocha – Secretário Geral e Luiz Renato de Campos Provenzano –

13 Tesoureiro. **Conselheiros Estaduais:** Adriana Maia de Oliveira, Alexsander Ogawa da Silva Ribeiro, Annete

14 Diane Riveiros Lima, Antônio César Mello, Camila Moreira Portilho, Carlene Lopes Cirqueira Marinho, Cláudia

15 Soares Bonfim, Edwardo Nelson Luís Chaves Franco, Elaine Ayres Barros, Eunice Ferreira de Sousa Kuhn,

16 Fabio Wazilewski, Flaviana Magna de Souza Silva Rocha, Hellen Cristina Peres da Silva, Ludimylla Melo

17 Carvalho, Maria Edilene Monteiro Ramos, Meire Aparecida de Castro Lopes, Patrícia Pereira Barreto, Priscila

18 Costa Martins, Seilane Parente Nolasco. **Conselheiro Estadual Suplente:** Andrey de Souza Pereira.

19 **Conselheiros Federais:** Adilar Daltoé e Pedro Donizete Biazotto. **Caixa de Assistência dos Advogados:**

20 Jeocarlos dos Santos Guimarães. **Ausências justificadas:** Graziela Tavares de Souza Reis. Verificado o

21 quórum legal, e convocados os conselheiros suplentes presentes a tomarem assento, o presidente Walter

22 Ohofugi declarou aberta a sessão ordinária. Inicialmente parabenizou os aniversariantes do mês de julho e

23 agosto a saber: Antônio César Mello (conselheiro estadual) 10/07, Antônio Marcos Ferreira (conselheiro

24 estadual suplente) 11/07, Áurea Maria Matos Rodrigues (conselheira estadual suplente) 14/07, Luiz Renato

25 de Campos Provenzano (tesoureiro) 15/07, Willian Borba (conselheiro estadual) 16/07, Edwardo Nelson Luís

26 Franco (conselheiro estadual) 17/07, Seilane Nolasco (conselheira estadual) 17/07, Valdeni Brito (presidente

27 da Subseção de Paraíso) 17/07, Daiany Cristine Gomes P. Jácomo (presidente da Subseção de

28 Tocantinópolis) 24/07, Annette Diane Riveiros (conselheira estadual) 07/08, Keyla Márcia Gomes Rosal

29 (conselheira estadual suplente) 14/08, Daielly Lustosa Coelho (conselheira estadual suplente) 15/08, Graziela

30 Tavares de Souza Reis (secretária adjunta) 21/08, Lucélia Maria Sabino Rodrigues (vice-presidente) 21/08,

31 André Martins Zaratin (tesoureiro da CAATO) 22/08, Aramy José Pacheco (conselheiro estadual suplente)

32 23/08, Maurílio Pinheiro Câmara Filho (conselheiro estadual suplente) 24/08 e André Francelino Moura

33 (conselheiro federal) 31/08. Ato contínuo, o presidente convidou os presentes para as inaugurações das



1 novas sedes das Subseções de Colinas do Tocantins, dia 06/09/18, e Tocantinópolis, dia 14/09/18. Passou-
2 se a apreciação do **Item 01**: Aprovação das atas da sessão ordinária sigilosa e sessão ordinária do mês de
3 junho. Submetidas à votação, foram aprovadas sem qualquer ressalva. Em prestígio ao pedido de
4 sustentação oral, passou-se ao **Item 36** – Julgamento do recurso de inscrição do bacharel Danilo Corado
5 Lopes. O relator Eduardo Luís Nelson Franco fez leitura do relatório, e, como não houve questionamentos,
6 prosseguiu com a leitura do voto, que ao final recebeu o recurso e, no mérito, negou-lhe provimento,
7 mantendo incólume a decisão do presidente do Conselho Seccional que, acolhendo parecer lavrado pela
8 Comissão de Seleção e Inscrição, indeferiu a inscrição do recorrente nos quadros da Ordem, por ter este
9 prestado o exame de Ordem sem atender um dos requisitos, qual seja: está matriculado no último ano do
10 curso de Direito. O procurador do recorrente Paulo Beli fez sustentação oral. Inicialmente, cumprimentou os
11 presentes na pessoa do presidente e, ao adentrar o mérito, informou que exerce o cargo de coordenador do
12 curso de Direito da Unitins do Campus de Palmas. Reportou que o recorrente foi recebido após transferência
13 de outra instituição de ensino, e, em decorrência da transferência, algumas disciplinas foram cursadas
14 novamente face à mudança de grade, o que ocasionou o atraso na colação de grau. Esclareceu que a Unitins
15 não oferta todas as disciplinas em todos os semestres, causando prejuízos aos acadêmicos oriundos de
16 outras instituições. Reconheceu a falha, requerendo a procedência do recurso, com o deferimento da
17 inscrição. O relator Eduardo Luís teceu considerações, informando que o voto foi objetivo e legalista,
18 respeitando a norma estatutária. O secretário Célio Henrique informou a sistemática dos julgamentos na
19 Ordem, cujo voto do relator é lido antes da sustentação oral. O procurador Jander teceu considerações,
20 informando que a redação original do Estatuto da Advocacia seguia essa normativa, todavia em decorrência
21 de uma ação direta ao Supremo, declarou inconstitucional essa parte. Em relação ao fato, citou as greves de
22 algumas instituições de ensino prejudica os profissionais. O conselheiro Fábio Wazilewski cumprimentou o
23 procurador do recorrente, asseverando que o lapso temporal do recorrente para colar grau foi maior que 01
24 (um) ano. A conselheira Eunice Khun levantou voto divergente, pelo deferimento da inscrição, entendendo
25 que a delonga na conclusão do curso decorreu da falha da instituição de ensino. A conselheira Ludimylla citou
26 o teor do edital e o posicionamento do Conselho Federal sobre o assunto. Também lembrou os precedentes
27 nos julgamentos do Conselho da Seccional, no sentido de indeferir as inscrições, já que as regras são
28 extremamente claras e objetivas. O conselheiro Andrey Souza também reportou ao posicionamento do
29 Conselho Federal e da Seccional, no sentido de negar a inscrição, pois o recorrente não se atentou às regras
30 previstas no edital. A conselheira Annette Riveiros citou o lapso temporal previsto no edital para a conclusão
31 do curso e as regras previstas no edital. O secretário Geral Célio Henrique acrescentou que os bacharéis



1 inscritos no exame de ordem se submetem as regras do Provimento do Exame de Ordem, repetidas no próprio
2 Edital, tendo o recorrente, quando da inscrição, a previsibilidade para a conclusão do curso. Esgotados os
3 debates, submetido o pleito recursal à votação, houveram 14 (quatorze) votos acompanhando o relator, e 03
4 (três) votos acompanhando a divergência, vencendo por maioria a relatoria do conselheiro Eduardo Nelson.
5 O presidente Walter Ohofugi cumprimentou os acadêmicos do 10º período de Direito da Universidade Católica
6 presentes na sessão. Prosseguindo a pauta, passou-se ao **Item 02** – Apresentação e deliberação acerca da
7 proposta de criação do Plano Estadual de Valorização do(a)s Advogado(a)s com Deficiência e seu
8 regulamento da OAB/TO, conforme disposto no artigo 5º do Provimento 177 do Conselho Federal. A relatora
9 Graziela Reis através de vídeo apresentou a proposta de alteração do Regimento Interno da Ordem para a
10 criação do Plano Estadual de Valorização do(a)s Advogado(a)s com deficiência. Após a explanação da
11 relatora, secretária adjunta Graziela Reis, por vídeo, o presidente Walter Ohofugi, em suas considerações,
12 reportou-se à corrida da advocacia, parabenizando a comissão de esporte e qualidade de vida, que inovou
13 com a inclusão da modalidade paraolímpica na corrida da advocacia deste ano, tendo sido um grande
14 sucesso. Também parabenizou a secretária Rose, que muito auxiliou a comissão para a execução da corrida.
15 Em seguida, o presidente da comissão da pessoa com deficiência Arlindo Nobre reportou ao Provimento nº
16 177/17 do Conselho Federal, que fixou prazo de 180 (cento e oitenta) dias para todos os Conselhos
17 Seccionais implantarem e aprovarem o Plano Estadual de Valorização do(a)s Advogado(a)s com Deficiência.
18 Em seguida, expôs rapidamente sobre sua vida pessoal e sobre sua deficiência auditiva. Ato contínuo,
19 salientou ao conselho a importância da aprovação do plano de valorização tendo nesse momento, elucidando
20 o teor do Plano elaborado pela comissão, e ao final requereu sua aprovação. Registrou que com a aprovação
21 do plano, a Seccional Tocantins será a 6ª Seccional no país a aprová-lo. Em seguida, passou a palavra ao
22 advogado e membro da comissão Marques Elex, o qual também pontuou a importância da aprovação do
23 plano enumerando, as dificuldades enfrentadas pelo profissional com deficiência visual para o exercício da
24 advocacia, pois o processo eletrônico não disponibiliza acessibilidade em todos os documentos. A vice-
25 presidente Lucélia Maria cumprimentou os presentes na pessoa do presidente da comissão da pessoa com
26 deficiência, Arlindo Nobre, esclarecendo ser conhecedora das atribuições e capacidade do presidente da
27 comissão. A conselheira Flaviana demonstrou sensibilidade ao tema, ressaltando a necessidade da
28 aprovação do plano em respeito às normas e aos colegas com deficiência. A conselheira Ludimylla também
29 parabenizou a comissão e a atuação da secretária adjunta Graziela, enfatizando a importância da aprovação
30 do plano dando continuidade às medidas. A conselheira Eunice Khun informou que a Ordem estava em falta
31 com os profissionais visto que essa medida já deveria ter sido adotada há muito tempo. Parabenizou o



1 presidente da comissão e demais membros pela atuação. O secretário Célio Henrique anotou que dentre as
2 grandes atribuições da Ordem está a defesa das prerrogativas dos advogados como também a defesa da
3 cidadania, sendo que aprovação do plano inclusivo atende a estes dois pontos, inclusive ressaltou que os
4 prédios edificadas no triênio 2016/2018 foram planejados com acessibilidade. Em seguida registrou a efetiva
5 atuação da secretaria Adjunta Graziela Reis no tocante aos assuntos relacionados a cidadania, entendendo
6 que o plano deveria ser aclamado e não aprovado. O conselheiro Fábio Wazilewski informou acerca da
7 vacância de uma vaga na composição do TED, tendo solicitado ao presidente da comissão a indicação de
8 um nome para integrar o TED. O membro da comissão Arlindo agradeceu a disponibilidade da vaga,
9 afirmando que discutirá com os membros da comissão o nome a ser indicado. A conselheira Meire Aparecida
10 parabenizou a atuação, cientificando que essa pauta já deveria ter sido submetida à apreciação. Revelou que
11 possui deficiência visual sendo conhecedora das dificuldades da acessibilidade no Judiciário. O conselheiro
12 federal Adilar Daltoé anotou a importância da adequação dos prédios públicos à acessibilidade, tendo citado
13 o auditório da Subseção de Gurupi, que atualmente conta com elevador para esta finalidade. A conselheira
14 Cláudia Bonfim também revelou possuir deficiência na visão direita, frisando a importância da acessibilidade.
15 Parabenizou a atuação do presidente da Comissão Arlindo. O conselheiro César Mello citou um fato
16 vivenciado na universidade com um aluno com deficiência visual, hoje advogado. O presidente Walter
17 mencionou a atuação da comissão da pessoa com deficiência quando o Presidente Nacional da OAB Cláudio
18 Lamachia esteve no Tocantins na inauguração do escritório compartilhado Danilo Sanches. Naquela ocasião,
19 a comissão cobrou uma atuação enérgica do Conselho Federal em relação à acessibilidade aos profissionais
20 com deficiência. O advogado e membro da comissão Euler também se referiu à sua experiência enquanto
21 advogado com deficiência visual, enaltecendo o processo de inclusão das pessoas com deficiência.
22 Esgotados os debates, submetido à votação o Plano Estadual de Valorização do(a)s advogado(a)s com
23 Deficiência foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se ao **Item 03** – Apresentação e
24 deliberação acerca da proposta de resolução que pretende estabelecer a paridade na composição das mesas,
25 em atenção ao disposto no Provimento 164/15 do Conselho Federal. A secretária adjunta Graziela Reis
26 relatora apresentou via vídeo a proposta no sentido de aprovar uma Resolução pela OAB/TO, obedecendo a
27 condição paritária entre homens e mulheres na composição de mesas e direito de voto no âmbito da OAB/TO.
28 A secretaria adjunta expôs o teor da resolução aos conselheiros, requerendo ao final a aprovação. Colocada
29 em discussão a proposição, a presidente da comissão da mulher advogada Emilleny Lázaro inicialmente
30 cumprimentou os presentes, e em seguida citou os termos da resolução cuja proposta é a observância da
31 paridade entre homens e mulheres em todas as composições de mesas nos eventos da OAB/TO e, quando



1 isso não for possível que seja observada a regra de 30% para 70%. Em caso de aprovação pelo conselho, a
2 OAB/TO será a segunda Seccional a aprovar essa resolução, que até então foi aprovada pela OAB/MG. A
3 conselheira Priscila parabenizou a atuação enérgica da secretaria adjunta Graziela Reis e da presidente da
4 comissão da mulher advogada Emillyeny Lázaro, lembrando a importância do cumprimento da resolução. O
5 secretário Célio Henrique parabenizou a atuação da comissão da mulher advogada. Informou que a intenção
6 é tornar essa prática pela equidade de gênero perene, pois a temática foi encampada pelo Conselho Federal,
7 entendendo que não é caso de aprovação, mas sim aclamação. A conselheira Ludimylla falou da importância
8 da participação feminina frente as instituições. A conselheira Anette Riveiros corroborou com o
9 posicionamento das conselheiras que antecederam sua fala, parabenizando a atuação da comissão.
10 Submetida à votação, foi aprovada a Resolução, por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se ao **Item**
11 **04** – Apresentação e deliberação dos balancetes dos meses de maio, junho e julho da Seccional Tocantins.
12 O diretor tesoureiro Luiz Renato expôs os balancetes aos conselheiros esclarecendo que o material foi
13 encaminhado com antecedência via e-mail para apreciação. Ao final da exposição, colocou à disposição para
14 esclarecimento de eventuais dúvidas. Submetidos à votação, os balancetes foram aprovados por
15 unanimidade, nos termos propostos. Invertendo a ordem da pauta passou-se ao **Item 06** – Deliberação acerca
16 da reformulação orçamentária referente ao ano de 2018 da Seccional Tocantins – Superávit financeiro
17 (obras). O tesoureiro Luiz Renato esclareceu aos conselheiros que o Conselho Federal fez um aporte de
18 valores à OAB/TO em 2017, todavia somente em 2018 os valores foram utilizados na edificação das obras
19 sendo necessário a realização dessa justificativa para fins de comprovação. Submetida a matéria à votação
20 foi aprovada por unanimidade. Além da reformulação orçamentária para o ano de 2018, vale esclarecer e
21 registrar, que a aprovação da reformulação orçamentária do ano de 2017, apresentada na reunião ordinária
22 de dezembro do ano de 2017, não constou em ata oportuna, sendo necessário esse registro, tendo em vista
23 que o deferimento do auxílio financeiro para obras foi nesse exercício. A conselheira Eunice Kuhn requereu
24 a aquisição de computadores para instalar nas salas dos advogados das Comarcas de Filadélfia, Xambioá,
25 Wanderlândia e Goiatins. Solicitou o mantimento do contrato com o prestador de serviços que realiza a
26 manutenção dos computadores da Subseção de Araguaína, no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais),
27 que haveria sido cortado. Anotou que o valor é pequeno e o trabalho desenvolvido pelo prestador é
28 extremamente importante. Aberta a palavra ao gerente administrativo Adail Saldanha para esclarecimentos
29 acerca do assunto, o mesmo informou que não houve corte do prestador de serviços, mas tão somente foi
30 alterada a forma do pagamento, que será por diligência realizada, buscando economicidade. Sobre a
31 solicitação dos computadores, foi prontamente deferida pela Diretoria, com a ressalva que a Subseção de



1 Araguaína não havia requerido anteriormente. Passou-se a apreciação do **Item 07** - Deliberação acerca da
2 reformulação orçamentária da CAATO (recursos oriundos do FIDA). O tesoureiro André Zaratín, tesoureiro
3 da Caixa informou ao conselho que em 2017 o Conselho Federal através do FIDA disponibilizou recursos à
4 Caixa. Esses recursos só foram utilizados em 2018 na aquisição de mobiliário para as Subseções de
5 Dianópolis, Tocantinópolis e Colinas do Tocantins. Submetida a matéria a votação foi aprovada por
6 unanimidade nos termos propostos. Passou-se ao **Item 09** - Apresentação, discussão e votação do Registro
7 da Sociedade sob a denominação Fernando Costa da Silva - Sociedade Individual de Advocacia. O secretário
8 Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi
9 aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apresentação do **Item 10** – Apresentação,
10 discussão e votação do Registro da Sociedade sob a denominação Gisele Sodré - Sociedade Individual de
11 Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que
12 submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apresentação do **Item**
13 **11** - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade sob a denominação Carvalho Araújo -
14 Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a
15 aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-
16 se a apresentação do **Item 12** - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade sob a
17 denominação Marcelo Moura - Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do
18 parecer recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade.
19 Passou-se a apreciação do **Item 13** - Apresentação, discussão e votação do Registro da Sociedade sob a
20 denominação Priscilla da Silva Louly e Silva - Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique
21 fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por
22 unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 14** – Apresentação, discussão e votação do registro de
23 sociedade sob a denominação Mateus Vasconcelos Fernandes – Sociedade Individual de Advocacia. O
24 secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que submetido a
25 votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 15** - Apresentação, discussão e
26 votação do registro de sociedade sob a denominação Cerqueira Advocacia – Sociedade Individual de
27 Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que
28 submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item**
29 **16** – Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Fernando Araújo –
30 Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a
31 aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-



1 se a apreciação do **Item 17** – Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a
2 denominação Flaviana Magna Advocacia – Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique
3 fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por
4 unanimidade dos votantes com abstenção da conselheira Flaviana Magna. Passou-se a apreciação do **Item**
5 **18** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Dhiego Shuch –
6 Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a
7 aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se a apreciação do
8 **Item 19** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Rita Vattimo
9 Rocha – Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando
10 a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade dos votantes com abstenção
11 da conselheira Rita Vattimo. Prosseguindo a pauta passou-se ao **Item 20** - Apresentação, discussão e
12 votação do registro da sociedade sob a denominação Advocacia Pacheco – Sociedade Individual de
13 Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que
14 submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 21** - Apresentação,
15 discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Lorrany Lourenço – Sociedade Individual
16 de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que
17 submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se a apreciação do **Item 22** - Apresentação,
18 discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Vinícius de Paula – Sociedade Individual
19 de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação do registro, que
20 submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-se ao **Item 23** -
21 Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Daniela Ignácio Gagossian
22 – Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a
23 aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se a apreciação do
24 **Item 24** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação Schuller –
25 Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a
26 aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo a pauta passou-
27 se a apreciação do **Item 25** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação
28 Vilela Advogado – Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer
29 recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se
30 a apreciação do **Item 26** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação
31 Advocacia Paniago – Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer



1 recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se
2 a apreciação do **Item 27** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação
3 Favaro, Souza & Andrade Advogados Associados. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer
4 recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se
5 a apreciação do **Item 28** - Apresentação, discussão e votação do registro da sociedade sob a denominação
6 Haonat, Melo & Badona Advogados Associados. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer
7 recomendando a aprovação do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade.
8 Prosseguindo a pauta passou-se a apreciação do **Item 29** - Apresentação, discussão e votação da alteração
9 do registro da sociedade sob a denominação Leão & Leão Advogados Associados. O secretário Célio
10 Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação da alteração, que submetido a votação foi
11 aprovado por unanimidade. Passou-se ao **Item 30** - Apresentação, discussão e votação da alteração do
12 registro da sociedade sob a denominação Fogaça & Soares Advogados Associados. O secretário Célio
13 Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação da alteração, que submetido a votação foi
14 aprovado por unanimidade. Passou-se ao **Item 31** - Apresentação, discussão e votação da alteração do
15 registro da sociedade sob a denominação Carmelin, Vieira Advogados Associados. O secretário Célio
16 Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação da alteração do registro, que submetido a votação
17 foi aprovado por unanimidade. Passou-se ao **Item 32** - Apresentação, discussão e votação da alteração da
18 sociedade sob a denominação Vézio Cunha – Advogados Associados. O secretário Célio Henrique fez leitura
19 do parecer recomendando a aprovação da alteração, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade.
20 Prosseguindo a pauta, passou-se a apreciação do **Item 33** - Apresentação, discussão e votação da alteração
21 do registro da sociedade sob a denominação Leonardo do Couto – Sociedade Individual de Advocacia. O
22 secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a aprovação da alteração, que submetido a
23 votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, passou-se a apreciação do **Item 34** - Apresentação,
24 discussão e votação da alteração do registro da sociedade sob a denominação Marison de A. Rocha –
25 Sociedade Individual de Advocacia. O secretário Célio Henrique fez leitura do parecer recomendando a
26 aprovação da alteração do registro, que submetido a votação foi aprovado por unanimidade. Passou-se a
27 apreciação do **Item 08** – Discussão e deliberação acerca da composição da comissão eleitoral e edital das
28 eleições da OAB/TO. O presente Walter esclareceu ao colegiado acerca da nomeação da Comissão Eleitoral,
29 informando que a escolha dos membros será realizada de forma isenta, e apresentou o nome do advogado
30 Hugo Moura como presidente da comissão eleitoral, explicando que nos próximos dias serão apresentados
31 os demais nomes. O secretário Célio Henrique informou que a nomeação da comissão é ato discricionário da



1 Diretoria da OAB, conforme disciplina o artigo 3º do Provimento 146/11, todavia os nomes serão apresentados
2 ao conselho visando transparência e lisura no processo. A vice-presidente Lucélia Maria sugeriu o nome do
3 conselheiro Elfas Elvas, no entanto, refluí de seu posicionamento, visto que o mesmo compõe a atual gestão
4 e a ideia é buscar a absoluta isenção. Prosseguindo a pauta, passou-se ao **Item 37** – Julgamento de recurso
5 no processo de inscrição originária do bacharel Hilário Fábio Araújo Nunes. A relatora conselheira Ludimylla
6 fez leitura do relatório, como não houve questionamentos prosseguiu com a leitura do voto que ao final
7 recebeu o recurso e, no mérito deu provimento, por restar comprovado que a função ocupada pelo recorrente
8 não está no rol descritivo das incompatibilidades e, tão somente impedimento. Submetida a matéria à votação,
9 foi aprovado por unanimidade o voto da relatora. Ato contínuo, passou-se ao **Item 38** – Julgamento do recurso
10 no processo administrativo para obtenção do certificado de aprovação no exame de Ordem da bacharel
11 Cláudia Taiara Santos Silva. A relatora Anette Riveiros fez leitura do relatório, e, como não houve
12 questionamentos, prosseguiu com a leitura do voto que ao final recebeu o recurso e, no mérito, negou
13 provimento mantendo incólume a decisão do presidente, que, acolhendo parecer da comissão de seleção e
14 inscrição, indeferiu o requerimento de emissão do certificado, visto que a recorrente quando prestou o Exame
15 de Ordem não estava matriculada no último ano do curso de direito. Submetida a matéria à votação, foi
16 aprovada por unanimidade, nos termos do voto da relatora. Prosseguindo a pauta, o **Item 35** – Recurso
17 interposto pelo advogado Eduardo Roberto Miranda Oliveira foi retirado de pauta, ante a ausência da
18 conselheira relatora. Ato contínuo foi aberta a palavra ao advogado Paulo Roberto de Oliveira para
19 apresentação da prestação de contas acerca do trabalho desempenhado pelo profissional à frente do Comitê
20 Gestor dos recebimentos dos Precatórios do Estado do Tocantins. Os advogados Paulo Roberto e Sérgio
21 Fontana integram o comitê representando a advocacia. Em sua manifestação informou que já foram
22 realizadas 06 (seis) reuniões onde são debatidas a forma como são realizados os pagamentos dos
23 precatórios, inclusive os integrantes do Comitê solicitaram a nomeação de um Juiz auxiliar para agilizar os
24 processos que tramitam sob a direção do Presidente do TJ/TO. Informou que após a nomeação do juiz Esmar
25 Vêncio como auxiliar, os trabalhos têm fluído com muita transparência. Anotou que todas as solicitações e
26 problemática exposta ao Comitê Gestor foram atendidas e resolvidas, em especial a venha prática de
27 confecção de alvará integral em nome do cliente, sem observância da procuração. Salientou que a ordem
28 cronológica é obedecida rigorosamente com a dedução do imposto de renda. Ato contínuo o advogado
29 Maurício Araújo fez uso da palavra, reportando-se a um fato de sua atuação enquanto advogado criminalista.
30 Salientou que a publicação da nota elaborada pela Comissão da Mulher Advogada no site da OAB/TO,
31 rechaçando as agressões à mulher vítima de violência doméstica em Araguaína, lhe causou prejuízos no



1 exercício de sua profissão, pois a nota manifestou crítica à atuação do Ministério Público, que opinou pela
2 soltura do agressor que o advogado representa atualmente. Requereu a reparação, com a edição de nova
3 nota. O advogado Paulo Roberto também fez uso da palavra, entendendo que, em caso de conflitos de
4 temáticas, já que o caso envolve na sua ótica a atuação das comissões da mulher e dos advogados
5 criminalistas, se faz necessário realização de reunião entre ambas antes da emissão de qualquer nota. Em
6 seguida, a presidente da comissão da mulher advogada Emilleny Lázaro, em suas considerações, fez leitura
7 da nota publicada no site da OAB/TO e, em seguida passou a explicar sobre o assunto, esclarecendo que
8 em momento algum a nota foi desrespeitosa, tampouco mencionou qualquer atuação do advogado
9 criminalista. Reportou às estatísticas de violência doméstica sofridas pela mulher no Estado do Tocantins,
10 inclusive com vários óbitos. Informou que ninguém da comissão da mulher ganha honorários nessa área,
11 todavia, atuam fortemente no combate a violência doméstica, pois estão seguindo diretrizes da comissão
12 nacional da mulher advogada. O Secretário Geral Célio Henrique refutou as colocações do advogado
13 Maurício Araújo, no tocante a eventual perseguição à sua pessoa pelos gestores, informando que a Ordem
14 está tão somente exercendo seu papel descrito no artigo 44 do Estatuto da Advocacia, zelando também pelo
15 seu dever para com a cidadania. A nota, arrematou, em momento algum afrontou a atuação do advogado,
16 enfatizando que a atuação da Ordem vai além da representação da classe, pois seu papel e importância
17 frente à sociedade estão descritos na Constituição Federal. Afirmou que o advogado Maurício Araújo faltou
18 com o dever de urbanidade, citando os comentários ofensivos proferidos por ele em redes sociais, tendo
19 inclusive incitado colegas de outros estados, que desconhecem o contexto dos acontecimentos, a vulnerar a
20 imagem da OAB/TO. O conselheiro federal Pedro Biazotto fez uso da palavra, citando o ocorrido. Esclareceu
21 que o cargo de conselheiro federal que ocupa foi fortemente denegrido, tendo adotado a postura de defender
22 a Instituição já que o advogado Maurício Araújo agrediu severamente a Ordem e, em momento algum foi
23 capaz de ouvir. Concluiu suas considerações, afirmando que a maior capacidade de um homem não é falar
24 e sim ouvir. A palavra foi aberta ao advogado Zenil Drumond, que também reportou aos fatos, esclarecendo
25 que a indignação decorre da atuação enérgica da Ordem aos assuntos sociais deixando de lado os interesses
26 da classe, no seu sentir. O conselheiro Edwardo Luís Franco lamentou profundamente a ausência do
27 advogado Maurício Araújo, que não aguardou para ouvir todo o debate, pois se ausentou logo após tecer
28 críticas, desrespeitando a Instituição e seus gestores. Requereu mais respeito aos advogados no trato uns
29 para com os outros, em especial nas redes sociais. A vice-presidente Lucélia Maria cumprimentou o
30 conselheiro Pedro Biazotto, asseverando que em caso de alguma divergência com um colega deve-se
31 resolver a problema diretamente, pois é inaceitável agressões aos colegas “desferindo punhaladas pelas



1 costas”. O presidente Walter referendou a fala da presidente da comissão da mulher Emilleny, classificando
2 como inaceitável as ofensas nas redes sociais. Anotou que o advogado Maurício trouxe um profundo
3 constrangimento à Seccional, e que a função da Ordem é ser boa para a advocacia e para a sociedade, já
4 que a instituição tem uma missão constitucional. Enfatizou que a OAB não é um sindicato e ou associação.
5 As pautas sociais serão sim atendidas, como também a defesa da advocacia. Finalizou sua manifestação
6 esclarecendo que medidas administrativas e judiciais serão adotadas. O advogado Raimundo Neto solicitou
7 que a Seccional faça os devidos esclarecimentos dos fatos no âmbito da Subseção de Araguaína, inclusive
8 esclarecendo como a nota foi elaborada. Prosseguindo a pauta, passou-se ao **Item 05** – Apresentação e
9 deliberação dos balancetes de maio, junho e julho da CAATO. O relator André Zaratin expôs aos conselheiros
10 os balancetes da Caixa ressaltando que o orçamento da Caixa foi alinhado saindo portanto, da condição de
11 deficitário, já que foram adotadas medidas de contenção de despesas, cujas contas estão saneadas. Ato
12 contínuo abriu-se a palavra ao presidente da comissão de orçamentos e contas conselheiro Andrey Souza.
13 Este por sua vez, informou que os gestores da Caixa seguiram as orientações da comissão no tocante a
14 redução de gastos. Parabenizou os gestores em especial o diretor tesoureiro que atuou firmemente para
15 sanear as contas, por fim reportou ao parecer da comissão recomendando a aprovação. Submetida a votação
16 foi aprovada por unanimidade. O presidente Walter parabenizou a atuação do conselho inclusive nas
17 divergências, pois foram fundamentais para o alinhamento das contas. Nada mais havendo, o presidente
18 Walter Ohofugi declarou encerrada a presente sessão as 18h 45min, e determinou a lavratura da presente
19 ata, que vai assinada por mim, Célio Henrique Magalhães Rocha - Secretário Geral, e pelos demais diretores.

20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36

Walter Ohofugi Júnior
Presidente da OAB/TO

Lucélia Maria Sabino Rodrigues
Vice - Presidente

Célio Henrique Magalhães Rocha
Secretário – Geral

Luiz Renato de Campos Provenzano
Tesoureiro